

GRUPAMENTO DE APOIO DO DF

Estudo Técnico Preliminar 273/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 67289.008349/2024-67

2. Objeto

Aquisição de eletrodoméstico sob demanda, para atender às necessidades do Repousar Operacional, localizado no Campo de Provas Brigadeiro Veloso (CPBV) - Novo Progresso, Pará, o qual é apoiado pelo Grupamento de Apoio do Distrito Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

3. Descrição da necessidade

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens /metodologias oferecidas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. (SEGES/MPOG, 2017).

Inicialmente, ressalta-se que a missão do Grupamento de Apoio do Distrito Federal é executar as atividades administrativas e logísticas necessárias para o bom funcionamento das Organizações sediadas, visando à melhoria contínua dos processos internos e a qualidade dos serviços prestados.

Partindo dessa premissa, a alínea “j” do item 5.1.2.3 da MCA 21-1, que versa sobre a Implantação de Grupamentos de Apoio, diz que caberá ao chefe do GAP adotar providências no sentido de elaborar um calendário de licitações de aquisição de bens e serviços para divulgação às OM Apoiadas, atendendo suas necessidades, empregando Termo de Referência unificado e padronizado, além do Termo de Oficialização de Demanda (TOD).

A DCA 11-1 de 06 de março de 2019, que versa sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica, define atividade, em seu item 2.7.8.1 como um conjunto de tarefas de caráter continuado, executadas de forma coordenada, suportada por recursos humanos, materiais e financeiros, que visa atender os processos administrativos, técnicos e operacionais, garantindo o funcionamento de uma organização para o cumprimento de sua finalidade.

Este processo visa, então, a aquisição de eletrodomésticos e móveis para atender a inauguração do Repousar Operacional situado no Campo de Provas Brigadeiro Veloso(CPBV). O CPBV é uma área de treinamento e suporte às aviações da Força Aérea, pois todos os anos ao longo do meses são realizados diversos treinamentos para um melhor preparo dos pilotos da Força Aérea e melhor defesa do Espaço Aéreo. Desta forma, foi realizada a obra do hotel de trânsito para o padrão Repousar, sendo o primeiro Repousar Operacional, inaugurado para atender com conforto e bem estar os militares da Força que, por muitas vezes, ficam semanas instalados e, logo, necessitam de uma estrutura adequada para suas missões. Assim, os equipamentos propostos proverão aos usuários melhor eficiência, bem-estar e aumento no rendimento laboral.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GAP-DF	Ordenador de Despesa ou autoridade designada
CPBV	Ordenador de Despesa ou autoridade designada

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Só será admitida a oferta dos produtos Bomba Centrífuga que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, B, C, D ou E, nos termos da Portaria INMETRO nº 455, de 01/12/2010, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

Só será admitida a oferta dos produtos Forno de Microondas que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nas classes A e B, nos termos da Portaria INMETRO n.º 497, de 28 /12/2011 alterada pela Portaria INMETRO n.º 600, de 09/11/2012, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

Só será admitida a oferta dos produtos Refrigeradores e seus assemelhados, de uso doméstico que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 20, de 01/02/2006, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

Só será admitida a oferta dos produtos Ventiladores de Mesa, Coluna e Circuladores de Ar que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nas classes A e B, nos termos da Portaria INMETRO nº 20, de 18/01 /2012, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Levando em consideração a natureza do objeto, não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que o processo não implica numa contratação imediata ou em um compromisso fechado com um único fornecedor. Ou seja, a administração pública apenas formaliza o registro de preços e realiza as compras conforme a demanda, o que não configura um risco imediato a ser garantido.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Condições de Entrega

O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do(a) data de recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço SHIS QI-05 -Área Especial 12, CEP 71615-600, Brasília-DF, no horário entre 09:00 às 15:30h de segunda a quinta feiras e de 08:00 às 11:00h. na sexta feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Segregação de Funções

No processo dessa contratação, o princípio da segregação de funções foi atendido, conforme disposto no Art. 12 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.246/2022. A designação dos agentes públicos observou a vedação de atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, com o objetivo de mitigar a possibilidade de ocultação de erros e fraudes na contratação. Além disso, foi avaliada a aplicação do princípio com base na situação fática processual, considerando o valor e a complexidade do objeto, conforme previsto no parágrafo único do referido artigo.

6. Levantamento de Mercado

Considerando que a aquisição de eletrodomésticos a serem adquiridos são comuns no mercado, quaisquer empresas que concordem em entregar o objeto (conforme será estabelecido no Termo de Referência) poderão participar do processo licitatório, portanto, a competição de mercado é plenamente viável, sendo declarada a vencedora aquela que oferecer a proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa maneira, para a maior parte dos itens deste processo, a pesquisa de preços para obtenção do valor estimado da aquisição, foi efetuada com base na média dos preços, inciso I do art.5 da IN nº 65 de 7 de julho de 2021, dos itens encontrados na plataforma Pesquisa de Preços do Compras.gov.br.

Tratando-se de hipóteses de levantamentos para atender à necessidade no mercado, citamos algumas abaixo:

1. Aquisição dos eletrodoméstico em definitivo.
2. Leasing: Explorar a opção de aluguel ou leasing de utensílios eletrodomésticos em vez de adquiri-los definitivamente. Essa alternativa pode reduzir os custos iniciais e oferecer maior flexibilidade para atualizar os equipamentos conforme necessário.
3. Compartilhamento: Investigar a viabilidade de compartilhar os utensílios eletrodomésticos com outras instituições ou órgãos governamentais, dividindo os custos de aquisição e manutenção.
4. Parcerias com empresas ou entidades: Buscar parcerias com empresas privadas ou entidades sem fins lucrativos que possam doar ou fornecer os utensílios eletrodomésticos necessários.
5. Reutilização e reciclagem: Verificar se existem opções de reutilização ou reciclagem de equipamentos eletrodomésticos já existentes em outros órgãos ou instituições governamentais, reduzindo assim a necessidade de aquisição de novos itens.
6. Soluções alternativas: Considerar alternativas tecnológicas ou de baixo custo que possam suprir as necessidades sem a aquisição de utensílios eletrodomésticos tradicionais, como o uso de aplicativos ou soluções digitais.

Para atender às necessidades do Repousar Operacional, apoiado pelo GAP-DF, a melhor opção é a aquisição dos materiais de forma definitiva através de Pregão Eletrônico.

7. Descrição da solução como um todo

A solução de aquisição de eletrodomésticos para a Administração Pública garantirá a compra de produtos de boa qualidade, com preços competitivos, que atendam às necessidades específicas do Repousar Operacional, no Campo de Provas Brigadeiro Veloso.

Além disso, as normativas legais vigentes foram seguidas, assegurando que o processo seja transparente, eficiente e vantajoso para a Administração Pública, ao mesmo tempo que se atentou para a questões de sustentabilidade e eficiência.

O planejamento adequado e a execução rigorosa das etapas da licitação e do contrato serão essenciais para o sucesso da aquisição.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O levantamento das necessidades dos eletrodomésticos e mobiliário que serão utilizados no Repousar Operacional foi realizado com base na estrutura física existente e na demanda média de usuários ao longo do ano. Para tal, levou-se em consideração que o Repousar Operacional é composto por **56 quartos**, sendo cada um equipado com **2 beliches e 4 armários** destinados ao armazenamento de pertences pessoais, garantindo organização e conforto aos hóspedes.

Além disso, a estrutura conta com **2 copas**, planejadas para o preparo e serviço de café da manhã aos militares e civis em trânsito pela Guarnição, bem como uma **área específica destinada à instalação de máquinas de lavar**, visando atender às necessidades básicas de higiene e manutenção de vestuário dos usuários durante o período de estadia.

O estudo também considerou a **média de militares que frequentam a instalação ao longo do ano**, bem como os **períodos de maior fluxo**, especialmente durante a execução das principais missões operacionais. Dessa forma, o dimensionamento dos mobiliários e eletrodomésticos buscou assegurar a plena capacidade de funcionamento do Hotel, evitando deficiências estruturais, e, ao mesmo tempo, propiciar melhores condições de estadia, conforto e apoio logístico aos militares e civis que se deslocam para a Guarnição.

As quantidades estimadas para cada item estão mencionadas na Tabela do Termo de Referência (item 1.1).

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 238.936,60

A estimativa total da pesquisa de preços e das respectivas quantidades totalizam **R\$ 238.936,60** (duzentos e trinta e oito mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente aquisição está fundamentada na Lei nº 14.133/21, bem como nas demais normas vigentes que regulam as licitações no âmbito da Administração Pública Federal.

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Isto posto, o parcelamento neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e tem a finalidade de ampliar o caráter competitivo da licitação, e principalmente, assegurar, a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração, de acordo com §2º, do artigo 40, da Lei nº 14.133/21.

Nos termos do art. 47 §1º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto mostra-se uma alternativa a ser adotada para o presente certame por ser técnica e economicamente viável a admissão da adjudicação por item e não por preço global ou por lotes de itens, proporcionando desse modo a ampliação da competitividade sem incorrer em perda da economia de escala.

Isso posto, a Equipe de Planejamento **declara viável o parcelamento do objeto** com base neste Estudo Técnico Preliminar

Devido as características da solução da proposta, é viável a divisão e parcelamento da solução em itens distintos. Por se tratar de uma aquisição de bens com previsão de entregas definidas. Logo, é imprescindível que o(s) fornecedor(es) atenda(m) a todos os requisitos desejados para com os materiais.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação para de aquisição de eletrodoméstico são correlatas tendo em vista objetos similares e/ou correspondentes entre si.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O presente processo de contratação para aquisição de eletrodoméstico compõe a relação de aquisições, constante do Programa de Trabalho Anual para este ano, elaborado em 2025.

A aquisição de eletrodoméstico está alinhada com os objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) de 2025 do GAP-DF, que atua como um instrumento fundamental de governança e planejamento estratégico do órgão. Instituído pela Portaria SEGES /ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, e em conformidade com a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 2021), o PDLS orienta todas as contratações e práticas logísticas, visando a integração de critérios e práticas de sustentabilidade nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

O PDLS define a estratégia para as contratações e logística, assegurando que os processos estejam alinhados com os objetivos de sustentabilidade. A aquisição de eletrodoméstico, dentro desse contexto, contribui para:

- **Sustentabilidade Ambiental:** Optar por eletrodoméstico sustentável reduz o impacto ambiental, promovendo a utilização de materiais recicláveis e com menor pegada de carbono.
- **Eficiência Econômica:** A escolha de eletrodoméstico com alta durabilidade e eficiência no uso de recursos pode gerar economias significativas a longo prazo, alinhando-se com os princípios econômicos do PLS.
- **Responsabilidade Social:** A aquisição de produtos que atendem a critérios de sustentabilidade pode incentivar práticas de responsabilidade social, como a criação de ambientes de trabalho mais saudáveis e a promoção de práticas de gestão sustentável.
- **Conformidade Normativa:** Seguir as diretrizes do PLS garante que a contratação esteja em conformidade com as normas estabelecidas, integrando-se ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias vigentes.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de eletrodomésticos pela Administração Pública propiciará diversos benefícios, tanto para o funcionamento eficiente dos serviços públicos quanto para a melhoria das instalações para os militares em suas missões alocadas no CPBV.

14. Providências a serem Adotadas

14. Previamente à contratação em tela, não será necessário qualquer tipo de adequação do ambiente da organização, uma vez que o objeto da licitação é tão somente a aquisição de eletrodomésticos "comuns", fins de equipar o Repousar Operacional e melhorar as condições de estadia dos militares em suas missões.

14.1. Informamos que o Princípio da Segregação de Funções foi devidamente observado, garantindo que nenhum agente público exerça funções simultâneas suscetíveis a risco. As nomeações seguiram as diretrizes estabelecidas, assegurando a transparência e a conformidade do processo.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação de eletrodomésticos está em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS), 6ª edição, com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) e com os requisitos de sustentabilidade ambiental. Os licitantes devem atentar para as seguintes exigências ao elaborar suas propostas:

1. **Eficiência Energética e Impactos Ambientais:** É imprescindível que o objeto da contratação esteja alinhado ao inciso II do GNCS, enfatizando a eficiência energética. Os impactos ambientais relacionados a esses produtos foram identificados e estão detalhados no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência, conforme o inciso XI da Instrução Normativa nº 40/2020. Embora esses impactos tenham sido reconhecidos, não será necessário o licenciamento ambiental para esta contratação.

2. **Registro no Cadastro Técnico Federal:** A empresa licitante deve apresentar o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013. A falta desse comprovante implicará a não aceitação da proposta. Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos presente no Termo de Referência como Expositor Refrigerado; Lava-Louças; Microondas; Lavadora e Secadora de Roupas; e Refrigerador Frost Free Duplex.
3. **Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio:** Em conformidade com o Decreto nº 2.783, de 1998, e a Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produtos que contenham substâncias que destroem a Camada de Ozônio, como CFCs e halons, exceto os permitidos pelo Protocolo de Montreal.
4. **CrITÉrios de Sustentabilidade no Fornecimento:**
- Os produtos devem ser, total ou parcialmente, constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.
 - Os fornecedores devem garantir a certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a similares.
 - As embalagens devem ser adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis para máxima proteção durante o transporte e armazenamento.
 - Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentrações acima das recomendadas pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados e éteres difenil-polibromados.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação declara-se viável, uma vez que o objeto da licitação é tão somente a aquisição de eletrodomésticos "comuns", fins de equipar o Repousar Operacional e melhorar as condições de estadia dos militares em suas missões.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAELA ROSA MACHADO LINHARES

Equipe de Planejamento

MATEUS NOVAES SERRA DOS SANTOS

Equipe de Planejamento

ULISSES CRUZ DA COSTA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ATUALIZADO
Data/Hora de Criação:	28/01/2026 21:04:44
Páginas do Documento:	7
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	8
Hash MD5:	7e1767b1abc1216540f5add22d963d64
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten RAFAELA ROSA MACHADO LINHARES no dia 28/01/2026 às 18:14:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cabo MATEUS NOVAES SERRA DOS SANTOS no dia 28/01/2026 às 18:22:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ULISSES CRUZ DA COSTA no dia 09/03/2026 às 18:28:15 no horário oficial de Brasília.